



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 520/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1624/2014 – 04 volumes.**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS.
- 4- Exercício:** 2013.
- 5- Responsável:** Sra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweikardt, Secretária Municipal.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD – Informação Conclusivo nº. 005/2015 (fls. 719/730).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1122/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 731/743).
- 8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Exercício 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas as Contas Anuais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, exercício de 2013, sob responsabilidade da Senhora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretária Municipal e ordenadora de despesas à época, nos termos do art. 1º, II e art. 22, II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c os artigos 5º, II e 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE, considerando as ocorrências das restrições constantes nesta instrução;

9.2- Recomendar à origem:

9.2.1- Que observe ao fiel cumprimento dos dispositivos que norteiam a Administração Pública, em especial ao art. 60, § 3º, da Lei nº 4.320/64, na celebração de contratos conforme a despesa executada no exercício e dentro do limite das cotas bimestrais autorizadas pela SEMEF;

9.2.2- Que obtenha um maior controle no procedimento de abastecimento de combustíveis nos automóveis da Instituição, em consonância ao Sistema de Controle contratado pela Prefeitura de Manaus.

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 22 de julho de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 520/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral